

Portaria n.º 3:601

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho, que, nos termos da alínea a) do § 6.º do artigo 47.º do decreto com força de lei n.º 5:787-F, de 10 de Maio de 1919, e em conformidade com o parecer do Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos (Secção de Águas), seja autorizado o aumento da taxa de inscrição médica para as Termas de Entre-os-Rios (Tôrre), situadas na freguesia de Eja, concelho de Penafiel, distrito do Porto, para 15\$, devendo, porém, só este aumento poder ser cobrado depois de estar a funcionar a comissão de iniciativa a que se refere a lei n.º 1:152, de 23 de Abril de 1921, e segundo o § 1.º do artigo 2.º e § 5.º do artigo 3.º do respectivo regulamento de 24 de Fevereiro de 1922.

Paços do Governo da República, 9 de Junho de 1923.— O Ministro do Trabalho, *Alberto da Cunha Rocha Saraiva*.

Portaria n.º 3:602 *

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho, que, nos termos da alínea a) do § 6.º do artigo 47.º do decreto com força de lei n.º 5:787-F, de 10 de Maio de 1919, e em conformidade com o parecer do Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos (Secção de Águas), seja autorizado o aumento da taxa de inscrição médica para as Termas de S. Pedro do Sul, situadas na freguesia do Várzea, concelho de S. Pedro do Sul, distrito de Visou, para 15\$, devendo, porém, só este aumento poder ser cobrado depois de estar a funcionar a comissão de iniciativa a que se refere a lei n.º 1:152, de 23 de Abril de 1921, e segundo o § 1.º do artigo 2.º e § 5.º do artigo 3.º do respectivo regulamento de 24 de Fevereiro de 1922.

Paços do Governo da República, 9 de Junho de 1923.— O Ministro do Trabalho, *Alberto da Cunha Rocha Saraiva*.

Portaria n.º 3:603

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho, que, nos termos da alínea a) do § 6.º do artigo 47.º do decreto com força de lei n.º 5:787-F, de 10 de Maio de 1919, e em conformidade com o parecer do Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos (Secção de Águas), seja autorizado o aumento da taxa de inscrição médica para as Caldas de Canaveses, situadas na freguesia de Santa Maria sob Tâmega, concelho de Marco de Canaveses, distrito do Porto, para 15\$, devendo, porém, só este aumento poder ser cobrado depois de estar a funcionar a comissão de iniciativa a que se refere a lei n.º 1:152, de 23 de Abril de 1921, e segundo o § 1.º do artigo 2.º e § 5.º do artigo 3.º do respectivo regulamento de 24 de Fevereiro de 1922.

Paços do Governo da República, 9 de Junho de 1923.— O Ministro do Trabalho, *Alberto da Cunha Rocha Saraiva*.

Portaria n.º 3:604

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho, que, nos termos da alínea a) do § 6.º do artigo 47.º do decreto com força de lei n.º 5:787-F, de 10 de Maio de 1919, e em conformidade com o parecer do Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos (Secção de Águas), seja autorizado o aumento da taxa de inscrição médica para as Caldas de S. Jorge, situadas na freguesia de S. Jorge, concelho da Feira, distrito de Aveiro, para 15\$, devendo, porém, só este aumento poder ser cobrado depois de estar a funcionar a comissão de iniciativa a que se refere a lei n.º 1:152,

de 23 de Abril de 1921, e segundo o § 1.º do artigo 2.º e § 5.º do artigo 3.º do respectivo regulamento de 24 de Fevereiro de 1922.

Paços do Governo da República, 9 de Junho de 1923.— O Ministro do Trabalho, *Alberto da Cunha Rocha Saraiva*.

Portaria n.º 3:605

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho, que, nos termos da alínea a) do § 6.º do artigo 47.º do decreto com força de lei n.º 5:787-F, de 10 de Maio de 1919, e em conformidade com o parecer do Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos (Secção de Águas), seja autorizado o aumento da taxa de inscrição médica para as Caldas das Taipas, situadas na freguesia de S. Tomé de Caldelas, concelho Guimarães, distrito de Braga, para 15\$, devendo, porém, só este aumento poder ser cobrado depois de estar a funcionar a comissão de iniciativa a que se refere a lei n.º 1:152, de 23 de Abril de 1921, e segundo o § 1.º do artigo 2.º e § 5.º do artigo 3.º do respectivo regulamento de 24 de Fevereiro de 1922.

Paços do Governo da República, 9 de Junho de 1923.— O Ministro do Trabalho, *Alberto da Cunha Rocha Saraiva*.

Portaria n.º 3:606

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho, que, nos termos da alínea a) do § 6.º do artigo 47.º do decreto com força de lei n.º 5:787-F, de 10 de Maio de 1919, e em conformidade com o parecer do Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos (Secção de Águas), seja autorizado o aumento da taxa de inscrição médica para as Caldas de Manteigas, situadas na freguesia de S. Pedro, concelho de Manteigas, distrito da Guarda, para 10\$, devendo, porém, só este aumento poder ser cobrado depois de estar a funcionar a comissão de iniciativa a que se refere a lei n.º 1:152, de 23 de Abril de 1921, e segundo o § 1.º do artigo 2.º e § 5.º do artigo 3.º do respectivo regulamento de 24 de Fevereiro de 1922.

Paços do Governo da República, 9 de Junho de 1923.— O Ministro do Trabalho, *Alberto da Cunha Rocha Saraiva*.

Portaria n.º 3:607

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho, que, nos termos da alínea a) do § 6.º do artigo 47.º do decreto com força de lei n.º 5:787-F, de 10 de Maio de 1919, e em conformidade com o parecer do Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos (Secção de Águas), seja autorizado o aumento da taxa de inscrição médica para a Quinta do Pêso (Caldas de Melgaço, sitas na freguesia de Paderme, concelho de Melgaço), distrito de Viana do Castelo, para 15\$, devendo, porém, só este aumento poder ser cobrado depois de estar a funcionar a comissão de iniciativa a que se refere a lei n.º 1:152, de 23 de Abril de 1921, e segundo o § 1.º do artigo 2.º e § 5.º do artigo 3.º do respectivo regulamento de 24 de Fevereiro de 1922.

Paços do Governo da República, 9 de Junho de 1923.— O Ministro do Trabalho, *Alberto da Cunha Rocha Saraiva*.

Portaria n.º 3:608

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho, que, nos termos da alínea a) do § 6.º do artigo 47.º do decreto com força de lei n.º 5:787-F,

de 10 de Maio de 1919, e § único do artigo 53.º do regulamento para o aproveitamento das águas minero-medicinais, aprovado por decreto de 5 de Julho de 1894, e em conformidade com o parecer do Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos (Secção de Águas), seja aprovado o aumento de preço para aplicações terapêuticas e higiênicas da nascente de águas minerais denominada Caldas da Curia, situada na freguesia de Tamengos, concelho de Anadia, distrito de Aveiro, requerido pela Sociedade das Águas da Curia, de que é concessionária, conforme a tabela junta:

Taxa para uso de águas (1.ª e 2.ª classe)	10\$00
Idem para 3.ª classe	7\$50
Taxa de inscrição médica (1.ª e 2.ª classe)	10\$00
Idem de 3.ª classe	5\$00
Imersão de 1.ª classe em cabine de luxo	5\$00
Imersão quente (1.ª classe)	2\$00
Imersão frio (1.ª classe)	1\$20
Duches de 1.ª classe	2\$00
Imersão e duche	3\$00
Duches, em série de vinte	30\$00
Imersão quente de 2.ª classe	1\$50
Imersão frio de 2.ª classe	1\$00
Imersão de 3.ª classe	1\$00
Duche de 3.ª classe	1\$00
Banhos de bôlbas de ar	3\$00
Duche e ar quente	1\$50
Duche ascendente	2\$00
Irrigação nasal ou auricular	1\$00
Lençol e duas toalhas	1\$00
Toalha (avulso)	\$50

Paços do Governo da República, 9 de Junho de 1923.—O Ministro do Trabalho, *Alberto da Cunha Rocha Saraiva*.

Portaria n.º 3:609

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho, que, nos termos do § único do artigo 53.º do regulamento para o aproveitamento das águas minero-medicinais, aprovado por decreto de 5 de Julho de 1894, e em conformidade com o parecer do Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos (Secção de Águas), seja aprovado o aumento de preço para aplicações terapêuticas e higiênicas da nascente de águas minero-medicinais Caldas das Taipas, situadas na freguesia de S. Tomé do Caudal, concelho de Guimarães, distrito de Braga, requerido pela Empresa Termal das Taipas, de que é adjudicatária, conforme a tabela seguinte:

Taxa de inscrição para uso das águas	10\$00
Banho de imersão:	
De 1.ª classe	2\$00
De 1.ª classe, com hora marcada	2\$50
De 2.ª classe	1\$50
De 3.ª classe	1\$00
Duche	2\$00
Banho chuveiro	2\$00
Banho no poço n.º 9	1\$50
Banho de assento	1\$50
Banho de assento com duche perineal	2\$00
Inalação	\$20
Pulverização	\$80
Irrigação nasal ou auricular	\$80
Inalação, pulverização e irrigação nasal	2\$00
Pulverização ao rosto	1\$50
Irrigação vaginal, intestinal ou uretral	1\$50
Água mineral, 12 litros	1\$00
Lençol e toalha	\$80
Toalha	\$30

Tratamentos feitos pela direcção clínica

Irrigação vaginal, uretral ou vesical	5\$00
Irrigação uterina	5\$00
Massagem manual regional	10\$00
Massagem manual geral	25\$00
Massagem regional sob água	25\$00
Fricção medicamentosa sem medicamento	10\$00

Aplicações eléctricas

Massagem vibratória — Galvanização — Faradização — Galvano-faradização — Galvano-cauterização — Corrente ondulatoria ou sinusoidal — Duche de ar quente — Banho hidro-eléctrico — Endoscopia — Depilação, cada sessão 10\$00

Paços do Governo da República, 9 de Junho de 1923.—O Ministro do Trabalho, *Alberto da Cunha Rocha Saraiva*.

Portaria n.º 3:610

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho, que, nos termos do § único do artigo 53.º do regulamento para o aproveitamento das águas minero-medicinais, aprovado por decreto de 5 de Julho de 1894, e em conformidade com o parecer do Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos (Secção de Águas), seja aprovado o aumento de preço para aplicações terapêuticas e higiênicas da nascente de águas minero-medicinais Caldas dos Cucos, situada na freguesia de Mata Cães, concelho de Torres Vedras, distrito de Lisboa, requerido por José Gonçalves Dias Neiva, de que é concessionário, conforme a tabela seguinte:

Taxa para uso interno das águas	10\$00
Banho de imersão:	
1.ª classe	3\$00
2.ª classe	2\$00
3.ª classe	1\$50
Banho de lama com duche e roupa	7\$00
Aplicação tópica das lamas e roupa	4\$00
Duche para tratamento de senhoras	3\$00
Pulverização ou inalação	1\$50
Lençol turco	1\$00
Lençol de algodão	\$50
Toalha turca	\$40
Venda de água na origem	\$20
Aquecimento na estufa por lençol	\$05

Paços do Governo da República, 9 de Junho de 1923.—O Ministro do Trabalho, *Alberto da Cunha Rocha Saraiva*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Direcção Geral do Comércio Agrícola

Divisão da Fiscalização dos Produtos Agrícolas

Decreto n.º 8:907

Considerando que o teor do § 2.º do artigo 48.º do regulamento para o comércio de trigos e dos produtos das indústrias da moagem e panificação do mesmo cereal no continente, aprovado pelo decreto n.º 8:361, de 1 de Setembro de 1922, não pode ser aplicado ao regime ce-realífero anormal que o país tem atravessado, porquanto as circunstâncias ocorrentes têm forçado o Estado a uma distribuição de trigo exótico pelas diversas fábricas de moagem não proporcional às suas cotas de rateio;

Considerando que convém eliminar as disparidades resultantes desta anormalidade, as quais, nos termos do § 9.º da base 3.ª da lei n.º 1:294, se propagariam às futuras tabelas de rateio;

Considerando que mesmo em regime normal a doutrina do citado § 2.º do artigo 48.º do regulamento tem originado anomalias que convém evitar;

Considerando que não é possível obter de uma forma precisa a laboração efectiva das fábricas que têm trabalhado trigos nacionais;

Considerando que a lei n.º 1:294, de 31 de Julho de 1922, no n.º 1.º do § 9.º da base 3.ª, preceituou que para as fábricas de moagem já matriculadas se tivesse